

OLIVEIRA, JOÃO DAUDT D'

* rev. 1930; pres. ACRJ 1942-1951; pres. CNC 1946-1947.

João Daudt d'Oliveira nasceu em Santa Maria (RS) no dia 3 de abril de 1886, filho de Filipe Alves de Oliveira, magistrado natural de Escada (PE), e de Adelaide Daudt d'Oliveira, descendente de alemães radicados em São Leopoldo (RS), onde estabeleceram uma indústria de couros. Seu pai, vinculado ao Partido Liberal (PL), foi assassinado em 1890, a mando, segundo se acredita, de um líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que lhe fazia oposição política. Seu irmão Filipe d'Oliveira era poeta.

Fez os estudos primários na Escola Brasileira de Porto Alegre e em 1902 ingressou na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (RS), transferindo-se depois para a Escola Militar de Porto Alegre, na qual concluiu os estudos preparatórios. Viajou em seguida para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, cujo curso frequentou apenas durante um ano. Foi excluído do Exército por haver participado em 1904 da revolta chefiada pelo general Silvestre Travassos e pelo senador Lauro Sodré contra o governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves, conhecida como Revolta da Vacina, tendo sofrido a mesma sanção imposta aos demais implicados na rebelião.

DAS ELEIÇÕES DE 1907 À REVOLUÇÃO DE 1930

De volta ao Rio Grande do Sul, ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde teve como colegas de turma João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Getúlio Vargas e Firmino Paim. Nas eleições de 1907, foi um dos chefes do movimento acadêmico em favor da candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves à presidência do Rio Grande do Sul, apoiada oficialmente por Antônio Augusto Borges de Medeiros, então presidente do estado. Por outro lado, tendo necessidade de custear os estudos, ainda estudante começou a trabalhar como caixeiro na Companhia de Gás. Ao diplomar-se, em 1910, já era diretor da empresa.

Exerceu a advocacia por três anos no Foro de Porto Alegre, mas não se adaptou à profissão. Em 1916 retornou ao Rio de Janeiro e passou a dedicar-se à indústria farmacêutica, associando-se a seu tio, João Daudt Filho, com ampla experiência no ramo, e a seu irmão, Filipe d'Oliveira, para a fundação da firma Daudt, Oliveira & Cia. Esse laboratório

farmacêutico tornou-se responsável por campanhas inéditas de propaganda. Seguindo o modelo norte-americano, anunciou com enorme êxito remédios populares como a emulsão de Scott, as pílulas de Bristol, o xarope Bromil e o regulador Saúde da Mulher. Em particular, obtiveram imensa aceitação junto ao público as campanhas desenvolvidas relativamente a esses dois últimos produtos, nas quais se utilizaram *slogans* criados pelo poeta Filipe d'Oliveira.

Entretanto, João Daudt continuou a manter frequentes ligações com o Rio Grande do Sul, tendo participado, ao lado de Borges de Medeiros, do movimento da Reação Republicana (1921-1922) em favor da candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição a Artur Bernardes. Em 1928, assistiu, juntamente com seu tio, à cerimônia de posse de Getúlio Vargas na presidência do Rio Grande do Sul, tendo ambos projetado estender ao estado os serviços da campanha de saneamento que vinham realizando. Debateram a questão com Osvaldo Aranha, então secretário do Interior, e com o próprio Vargas, acertando os detalhes de uma viagem do higienista Belisário Pena ao interior do estado com o objetivo de realizar ampla propaganda contra a verminose. Além disso, conseguiram a promessa de Vargas de que tudo faria para aprovar o projeto de lei que regulamentava as profissões de médico e farmacêutico no Rio Grande do Sul.

João Daudt d'Oliveira serviu de intermediário entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais nas primeiras reuniões para a formação da Aliança Liberal. Sua atuação na gênese desse movimento político deveu-se às relações que mantinha com seus principais articuladores e ao intercâmbio com os diferentes centros comerciais do Rio Grande do Sul. Em junho de 1929, realizou uma viagem ao Sul para participar dos esforços destinados a remover os obstáculos que dificultavam a concretização de um acordo entre Minas Gerais e o Rio Grande do Sul para o lançamento da candidatura de Vargas à sucessão de Washington Luís. Juntamente com Afrânio de Melo Franco, João Batista Luzardo e Assis Chateaubriand, informou a Vargas que Antônio Carlos de Andrada, presidente de Minas, pretendia lançar seu nome como candidato à presidência da República.

NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

Após a vitória da Revolução de 1930, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) entrou em crise devido à hostilidade do governo provisório de Getúlio Vargas, que

levou sua diretoria a renunciar e a ser substituída por outra, presidida por Serafim Valandro. Este convidou João Daudt a ingressar na entidade, o que ocorreu ainda em 1930. Em 1932, João Daudt fundou com Serafim Valandro o Partido Economista do Distrito Federal, com o qual pretendia dar às classes conservadoras participação nas responsabilidades do governo “como elemento de construção e da ordem”, através de um programa de crítica aos processos políticos vigentes.

Em 1933, fundou, em homenagem ao irmão falecido no ano anterior, a Sociedade Filipe d’Oliveira, subvencionada por ele e por sua família com objetivos artísticos e culturais. Já a partir do primeiro ano de sua fundação, a sociedade iniciou a edição de obras de autores nacionais, concedendo anualmente um prêmio de literatura e, de quatro em quatro anos, um outro para conjunto de obra literária, ao mesmo tempo em que auxiliava intelectuais e artistas em viagens culturais ao exterior.

João Daudt não quis fazer parte da Constituinte de 1934, mas, assim que se promulgou a Carta Magna (16/7/1934), concordou em candidatar-se à Câmara Municipal do Distrito Federal, para a qual foi eleito em primeiro lugar. Todavia, renunciou ao mandato antes mesmo da posse, devido à “desilusão sentida pelo ambiente político da época”. A partir de 1935, como membro da ACRJ — e em companhia de Roberto Simonsen e Valentim Bouças, entre outros —, formou um círculo de representantes da economia, da indústria e do comércio ligado a Vargas. Entre 1938 e 1942, exerceu as funções de primeiro-vice-presidente da ACRJ, durante a gestão de Manuel Ferreira Guimarães.

Em 1941, ainda como primeiro-vice-presidente da ACRJ, viajou ao exterior por seis meses, cumprindo depois um período de estudos nos EUA. Voltou ao Brasil e tornou-se membro do Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Em 1942 regressou aos EUA como membro da Missão Sousa Costa, presidida pelo ministro da Fazenda Artur de Sousa Costa, e participou da elaboração dos Acordos de Washington, o mais importante pacto celebrado entre o Brasil e aquele país na época. Ainda em 1942, foi escolhido membro do conselho consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica, criada em setembro do mesmo ano com o objetivo de orientar a economia de guerra, articulando sobretudo as medidas relativas aos Acordos de Washington. Quando da fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), também em setembro de 1942, foi convidado por Darci Vargas, esposa de Getúlio Vargas e presidente da entidade, para nela ocupar o cargo de tesoureiro.

Eleito presidente da ACRJ em 4 de dezembro de 1942, João Daudt imprimiu ao primeiro ano de sua administração as marcas da renovação e da remodelação dos serviços do órgão. Criou o departamento cultural e o Instituto de Economia, organismo destinado a pesquisas no setor econômico, lançou a campanha de expansão associativa sob o lema “Uma associação em cada município”, ativou os estudos para a fundação do Clube Comercial do Rio de Janeiro e substituiu a expressão “classes conservadoras” pela de “classes produtoras”, considerada mais adequada ao empresariado. Ainda em sua administração, criou a Casa Mauá, atual Fundação Mauá, à qual pertence hoje o Instituto de Economia.

Nomeado em 1943 membro do Conselho Nacional do Petróleo e do conselho fiscal do Banco do Brasil — que chegaria a presidir e onde se manteria até 1955 —, João Daudt convocou e presidiu o I Congresso Brasileiro de Economia, realizado de novembro a dezembro de 1943 no Rio de Janeiro. As conclusões do conclave enfatizaram a circunstância de que já fazia notória uma atividade econômica mais incisiva do Estado, “como provam os fatos históricos”, pois “nos próprios regimes democráticos não há incompatibilidade com a interferência do Estado em assuntos econômicos”. O texto dessas conclusões acrescentava ainda que “cabe ao Estado regular e coordenar todas as atividades sociais, para atenuar e debelar as crises, e as de ordem econômica são as mais frequentes do mundo moderno”, mas salientava que, “não obstante, a iniciativa individual sempre foi, é e continuará sendo a principal fonte de riqueza e prosperidade dos povos e, assim, só na sua falta cabe apelar para a atuação do Estado”. Segundo Edgar Carone, a “cordialidade” entre o Estado e as classes produtoras nesse período foi consequência das medidas de sustentação da produção agrícola e industrial adotadas pelo governo, bem como da formação de órgãos consultivos e executivos, em parte compostos por elementos do empresariado.

Em março de 1944, João Daudt criou os primeiros cursos técnicos do departamento cultural da ACRJ, dando ainda o primeiro passo para a fundação da projetada Universidade Mauá. Em agosto do mesmo ano, foi eleito presidente da seção brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICYP), precursor da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), e em setembro, juntamente com Euvaldo Lodi, chefiou a delegação brasileira à Conferência Econômica Internacional de Bretton Woods, nos EUA, reunida com o objetivo de tratar da reorganização econômica e financeira mundial do pós-guerra. Dois meses depois, presidiu uma delegação da ACRJ à

International Business Conference, realizada em Rye, EUA, à qual compareceram representantes de 52 nações. Na ocasião, foi o intérprete dos países em desenvolvimento, defendendo a tese da “função social do capital”.

Nomeado membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial para o biênio 1945-1946, convocou e presidiu em 1945 a I Conferência das Classes Produtoras (Conclap), que reuniu mais de novecentos delegados de 680 entidades representativas do comércio, da indústria e da agricultura em Teresópolis (RJ). A *Carta econômica de Teresópolis*, documento que sumariou as conclusões desse conclave, foi aclamada como a *Carta econômica das Américas*, de acordo com o voto unânime dos representantes do empresariado do hemisfério, reunidos em Montevideu por ocasião da III Reunião Plenária do CICYP.

Em julho de 1945, como presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil, João Daudt assinou um longo memorial, juntamente com Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e Íris Meinberg, presidente da União das Associações Agropecuárias do Brasil Central, contra o Decreto nº 7.666, de 22 de junho de 1945, a chamada Lei Malaia, legislação antitruste considerada inconstitucional por aquelas entidades.

NA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO

A partir de setembro de 1945, João Daudt participou da junta diretiva provisória da Confederação Nacional do Comércio (CNC), então criada. Em dezembro, o conselho de representantes da CNC elegeu a primeira diretoria do órgão para o biênio 1946-1947, cabendo a João Daudt a presidência da mesma. Tomou posse em janeiro de 1946, ocasião em que foi apresentada ao país a *Carta da paz social*, cujas linhas básicas haviam sido discutidas e aprovadas na I Conclap. Durante seu mandato, com o objetivo de formar mão de obra especializada para as empresas comerciais, a CNC foi encarregada de criar o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), atendendo ao decreto de 10 de janeiro de 1946. Por decreto de 13 de janeiro desse mesmo ano, a CNC foi também mobilizada para proceder à criação do Serviço Social do Comércio (Sesc), cuja finalidade seria a elevação do bem-estar e do nível de vida do comerciário e de sua família.

À frente da confederação, João Daudt pugnou em defesa da livre iniciativa e contra a

intervenção do Estado na economia. Através de vários pronunciamentos e providências tomados imediatamente após a guerra, empenhou-se em alterar a posição governamental que impunha medidas coercitivas contra o setor comercial, buscando resolver a crise do abastecimento. Nesse sentido, opôs-se à Comissão Central de Preços, ao congelamento dos “lucros extraordinários” e dos preços e à criação de comandos estudantis, credenciados pela Delegacia de Economia Popular para punir comerciantes especuladores.

Em abril de 1946, a primeira reunião da diretoria da CNC fez o diagnóstico da inflação, atribuindo suas causas ao elevado crescimento dos meios de pagamento em contraposição à queda da produção. O combate à espiral inflacionária só seria efetivo se fossem aprimorados o abastecimento e o sistema de transportes. Em maio do mesmo ano, a convite da Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Constituinte, João Daudt fez uma exposição do ponto de vista das classes produtoras sobre os problemas econômicos nacionais e, em agosto, convocou os presidentes das associações comerciais das capitais dos estados para uma reunião no Rio de Janeiro, na qual seria definida a posição do comércio frente à situação econômica e social que então vivia o país. Na oportunidade, foi lançado o *Manifesto do comércio à nação*.

Juntamente com Morvan Dias de Figueiredo, Guilherme da Silveira Filho e Daniel de Carvalho, João Daudt tornou-se um dos acionistas da Companhia Nacional de Gás Esso, subsidiária da Standard Oil de Nova Jersey, criada em outubro de 1946. Essa composição social era característica da dupla tendência manifesta a partir de 1945 nas empresas nacionais — sobretudo nas áreas mais complexas da atividade econômica, como a do petróleo, por exemplo. Por um lado, elas se aproximaram dos investidores estrangeiros, e, por outro, os grupos empresariais passaram a ser representados nos mais altos escalões do governo.

Em março de 1947, João Daudt pronunciou-se contra a animosidade de alguns setores do governo e da opinião pública em relação ao empresariado. Em maio desse mesmo ano, foi reeleito, pela terceira vez consecutiva, presidente da ACRJ, sendo-lhe concedido na ocasião o título de Benemérito dos Beneméritos. Ainda nesse mês, foi recebido, juntamente com a diretoria da CNC, pelo presidente Eurico Dutra, a quem fez entrega do *Memorial das classes produtoras*, elaborado durante a reunião para a qual convocara os presidentes das associações comerciais e das federações sindicais. O programa anti-inflacionário

apresentado pretendia que fosse instituído o Conselho Nacional de Economia, ao qual caberia analisar as leis de limitação de lucros, cuja tramitação deveria ser paralisada. Sugeriu ainda esse programa o reestudo da existência de órgãos controladores de preços, o atendimento, pelo Banco do Brasil, das necessidades da produção e a criação do Banco Central.

Em julho de 1947, numa saudação ao presidente do Chile, João Daudt salientou a necessidade de ampliar o intercâmbio comercial entre as nações do continente americano através da iniciativa privada: a troca de experiências e informações entre as empresas privadas só poderia facilitar os acordos entre os governos. A CNC apoiou o CICYP, batendo-se ainda pelo desenvolvimento do turismo e da rede hoteleira. Em outubro daquele mesmo ano, realizou-se em Petrópolis a XXVI Reunião da Comissão Executiva do CICYP, na qual João Daudt tomou posse como primeiro-vice-presidente do organismo e recebeu o título de Good Fellow, através de proposição feita pelo delegado norte-americano e novo presidente da entidade, James Kemper.

De 1948 a 1949, atuou como membro da comissão de comércio e estudos gerais da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, conhecida como Missão Abbink, e, em setembro de 1948, chefiou a delegação empresarial — constituída de 45 pessoas — à IV Reunião Plenária do CICYP, realizada em Chicago, EUA. Em maio de 1949, foi reeleito, pela quarta vez consecutiva, presidente da ACRJ para o biênio 1949-1951. Convocou e presidiu ainda a II Conferência Nacional das Classes Produtoras, reunida em Araxá (MG) de 24 a 31 de julho de 1949. O conclave formulou recomendações ao governo relativas aos mais diversos aspectos da vida nacional, as quais, apesar de levadas ao Congresso com o apoio de 53 deputados, não receberam do Executivo a acolhida que esperavam os empresários.

Em janeiro de 1950, à frente da CNC, João Daudt convocou e reuniu, no Rio de Janeiro, uma mesa-redonda do empresariado nacional em que expôs suas objeções aos projetos de repressão aos abusos do poder econômico, lançados a partir de 1949, bem como ao projeto de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. A resistência oferecida pelo empresariado acabaria por impedir a aprovação desses projetos. Defendeu também, nessa ocasião, a liberdade de associação entre as empresas e refutou o caráter nocivo dessas uniões.

Eleito presidente da Federação das Câmaras de Comércio Estrangeiras no Brasil (FCCEB) quando de sua instalação em fevereiro de 1950, e presidente do CICYP por ocasião da V Reunião Plenária do órgão, celebrada em abril desse mesmo ano na cidade de Santos (SP), recebeu, ainda em 1950, a láurea de Honra ao Mérito no Trabalho e na Produção, em solenidade presidida pelo presidente da República.

Como presidente do CICYP, iniciou em 1951 uma viagem de dois meses ao Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Panamá, México e EUA, a fim de presidir a reunião da comissão consultiva desse organismo em Nova Iorque e participar da delegação brasileira à IV Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Américas. Nas eleições de 1951 para a presidência da ACRJ, apoiou a candidatura de Antônio França Filho, que acabou derrotado por Carlos Brandão Martins de Oliveira, este apoiado por Rui Gomes de Almeida.

Embora se afastasse dos postos de direção das entidades de classe do comércio por razões de saúde, João Daudt d'Oliveira foi conselheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) de julho de 1952 a dezembro de 1953. Desempenhou ainda as funções de presidente de honra da Câmara de Comércio Brasil-Tchecoslováquia, vice-presidente da Comissão de Fomento Interamericano, presidente da Companhia Real Holandesa de Aviação (KLM), da Companhia Internacional de Capitalização, da *Revista do Comércio* — da qual foi fundador —, e dos conselhos nacionais do Sesc e do Senac. Membro da junta consultiva da Escola Superior de Guerra, do conselho de curadores da Universidade do Brasil, da Fundação Graça Aranha e do Instituto Interaliado de Alta Cultura, foi, ainda, doutor *honoris causa* da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 2 de outubro de 1965.

Era casado com Estela Daudt d'Oliveira, com quem teve cinco filhos.

Publicou, além de vários discursos e conferências sobre assuntos econômicos, *Itinerário para Araxá — discursos através do Brasil* (1950).

O arquivo de João Daudt d'Oliveira encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Sônia Dias

FONTES: BARROS, E. *Associação*; BULHÕES, O. *Margem*; CARONE, E. *Estado*; CARONE, E. *República velha*; CONF. NAC. COMÉRCIO. 20; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CURRIC. BIOG.; DAUDT FILHO, J. *Memórias*; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos* (1949); LEVINE, R. *Vargas*; MACEDO, R. *Efemérides*; MORAIS, A. *Minas*; *Quem é quem no Brasil*.